

# Cadernos Fecomercio de Economia

Número 17 - Outubro de 2006



## Inserindo o Brasil no Mundo

Comércio, Investimento e Tecnologia

**FECOMERCIO**

Cadernos Fecomercio de Economia  
Número 17 - Outubro de 2006

### **Inserindo o Brasil no Mundo**

Nexo Comércio, Investimento e Tecnologia

Iniciativa: Conselho de Relações Internacionais  
Presidente de honra: Rubens Ricúpero  
Responsável Técnico: Mário Marconini  
Economista e especialista em negociação internacional no âmbito do Gatt e da Organização Mundial do Comércio (OMC)



Federação do Comércio do Estado de São Paulo  
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 5º andar  
Tel.: (11) 3254-1700 - Fax.: (11) 3254-1674/75  
CEP: 01313-020 - São Paulo - SP

***www.fecomercio.com.br***

***e-mail: cadernos@fecomercio.com.br***

Presidente:  
Abram Szajman

Diretor Executivo  
Antonio Carlos Borges

Diretora  
Assessoria Econômica  
Fernanda Della Rosa

Design Gráfico  
AM&F - Informática

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo se reserva os direitos autorais dos trabalhos produzidos, cuja reprodução, não obstante, poderá ser autorizada desde que citada a fonte.

Esse trabalho não retrata, necessariamente, a posição da Fecomercio sobre o tema apresentado.

## APRESENTAÇÃO

O projeto Inserindo o Brasil no Mundo é uma iniciativa da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do seu Conselho de Relações Internacionais, cujo presidente de honra é o embaixador Rubens Ricúpero. O presidente executivo é o economista e especialista em negociação internacional no âmbito do Gatt e da Organização Mundial do Comércio (OMC) Mário Marconini, ex-secretário do Comércio Exterior do atual Ministério do Desenvolvimento.

O objetivo deste Ciclo de Estudos e Debates idealizado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, com o apoio da Ordem dos Economistas do Brasil, é propor alternativas adequadas que favoreçam a inserção do Brasil no cenário mundial, face à grandeza de sua economia, população e dimensão geográfica.

O tema do primeiro encontro do Inserindo o Brasil no Mundo foi o “Nexo Comércio, Investimento e Tecnologia”. Participaram da mesa o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, empresário Abram Szajman; o economista Mário Marconini; João Alberto De Negri, diretor de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA; o Professor Luciano Coutinho, consultor e professor da Faculdade de Economia da Unicamp; e Octávio de Barros, diretor do Departamento de Estudos Econômicos do Bradesco. O palestrante de honra foi o deputado federal e professor Antônio Delfim Netto.

## ABRAM SZAJMAN: “Caminhos para superar a dependência”

Pretendemos oferecer propostas para ampliar o poder de negociação do País em acordos bilaterais e multilaterais, de forma a assegurar que o resultado dessas negociações seja compatível com a importância, tamanho e o potencial econômico da nação. Este projeto complementa, do ponto de vista das relações comerciais externas, um ciclo anterior, o Simplificando o Brasil, que debateu propostas cujo objetivo é criar um ambiente favorável aos negócios e investimentos. Ambos integram a Agenda 2007, o conjunto de sugestões que serão encaminhadas aos governantes e parlamentares eleitos em outubro.

O tema de hoje é a relação entre Comércio, Investimentos e Tecnologia, fundamental para ampliar o valor agregado de nossas exportações. Nos últimos anos, o Brasil logrou êxitos macroeconômicos, como inflação baixa e expressivos superávits comerciais. Mas a continuidade desse processo depende de um salto de qualidade em nossa estrutura produtiva. Do total das exportações brasileiras, 60% são produtos sem expressão tecnológica. Especialmente de commodities, o que significa estar na contramão da tendência do comércio mundial que tem os mesmos 60% das transações, mas representados por produtos de média e alta tecnologia.

Tenho certeza de que pela capacidade e experiência dos convidados a este debate, seremos capazes de encontrar caminhos e instrumentos que possibilitem montar esse quadro e, com isso, virar a página de uma dependência que condiciona o desempenho estável da nossa economia, desde os tempos do Brasil Colônia.

## MÁRIO MARCONINI: “Melhorar a pauta de exportações”

A questão da inserção normalmente é tratada de um ponto de vista econômico, apesar de ser mais do que apenas um tema econômico. A questão econômica é a porta de entrada para nossa inserção no mundo. É tema do nosso cotidiano. Em vários aspectos já ocorrem a integração e a inserção do Brasil no mundo. A nossa balança comercial é um exemplo mais claro: uma inversão de direção de US\$ 7 bilhões de déficit em 1997 para US\$ 44 bilhões de superávit em 2005, e a conta-corrente de US\$ 24 bilhões de déficit em 2000 para US\$ 14 bilhões de superávit em 2005.

Houve grande diversificação do nosso comércio em termos regionais e uma abertura importante no Brasil: os níveis de produtividade aumentaram muito. Vemos isso no próprio dinamismo das nossas exportações. Finalmente, um protagonismo brasileiro muito grande, como o Grupo dos 20 na OMC e vários painéis na OMC como o do algodão e do açúcar. A Embraer, que se tornou emblemática, e a nossa liderança regional e em vários temas internacionais, são outros exemplos de avanços. No entanto, apesar disso, o Brasil ainda é um por cento de tudo: um por cento do comércio, um por cento das exportações, um por cento das importações, seja de bens ou de serviços.

Outro detalhe importante é que falta um consenso mais operacional a respeito de como fazer nossa política comercial. Este é um tema que ainda divide muito as opiniões, no governo

ou fora dele. No meio empresarial continua sendo uma coisa difícil. Nota-se, também, muita geopolítica misturada ao comércio. China, Argentina, Venezuela, Bolívia, Índia, África do Sul, são temas comerciais por natureza, mas com um foco quase que exclusivamente geopolítico.

Há gargalos na microeconomia e em nossa infra-estrutura. A proposta aqui é tratar de tudo isso em quatro eventos. O foco de hoje é a relação que existe entre Comércio, Tecnologia e Investimentos, cujo trabalho de apresentação do Negri reconhece que as transformações da estrutura produtiva brasileira, em decorrência da abertura nos anos 90, ainda são mal compreendidas. Foram transformações muito grandes e pouco estudadas. Nós precisamos, cada vez mais, de radiografias, trabalho empírico, fidelidade aos fatos e aos dados em nossas análises. O Brasil precisa melhorar sua pauta de exportações e o esforço externo, o que de uma certa forma é a nossa salvação. O País precisa se integrar ao mundo sem jogar fora o bebê com a água da banheira, sendo o bebê, no caso, a nossa indústria. No entanto, não existe consenso entre os diagnósticos e os prognósticos. Não há consenso forte o suficiente para nos mobilizar e fazer avançar. Assim, a lógica desse evento é essa: diagnóstico, prognóstico, debate, proposta e busca de consenso.

Sou fã do trabalho do De Negri, é um dos mais orientadores, no Brasil, para quem segue o tema do comércio e de investimento internacional. O Octávio de Barros e o Luciano Coutinho certamente dispensam grandes apresentações. Conhecemos o foco microeconômico produtivo, além do econômico, marca do Luciano, assim como o foco macroeconômico financeiro do Octávio. Será uma junção de idéias e opiniões muito interessantes. Nosso palestrante de honra, além de ser um dos maiores pensadores econômicos do Brasil, é também um dos maiores protagonistas da própria história econômica, e isso é um enorme privilégio. Sem tomar mais tempo, gostaria de passar a palavra para o De Negri. Depois, nós teremos as considerações dos debatedores.

## JOÃO ALBERTO DE NEGRI: “Inovar para exportar”

Vou expor algumas evidências recentes com as quais o IPEA tem trabalhado. Para nós, este tipo de evento coloca em debate o que pensamos e permite constatar se de fato o que aconteceu no setor produtivo brasileiro é o que temos identificado ao longo dos tempos. Nos últimos dez anos organizamos e trabalhamos com um conjunto de informações sobre a produção no Brasil. É um banco de dados que integra informações de vários bancos de dados do governo. São informações de empresas, indivíduos; um mapeamento da produção no Brasil, rico em informações.

As análises e as proposições estão baseadas nessas informações. Na primeira, o título é Crescimento, Inserção Externa e Inovação. Preparei um texto que trata da inserção externa e da inovação na indústria brasileira. Temperei mais essa apresentação com base no crescimento, pois todos gostaríamos de crescer mais do que atualmente. Em 2003, praticamente não crescemos. Mas, nos últimos três anos, houve taxas de crescimento significativas, embora inferiores à média histórica do crescimento do Brasil no passado. E também são inferiores ao que vem crescendo o mundo. Mas há uma questão importante no caso brasileiro: o crescimento atualmente se dá em ambiente de estabilidade econômica, o que é importante porque, num

passado recente, também conseguimos reduzir as desigualdades no País. Este País tem ainda muitas desigualdades sociais, produtivas e tecnológicas. No entanto, a tendência de redução da pobreza e da desigualdade no País é um elemento positivo nesse debate.

Os juro ainda estão longe do que gostaríamos, mas a trajetória é declinante. Se continuar assim, poderíamos ter ampliado ou eliminado algumas restrições importantes ao crescimento e ao investimento no Brasil. A grande questão é que, apesar do otimismo com relação à estrutura de produção, não há garantia de continuidade e sustentabilidade do crescimento na economia brasileira, sem um salto de qualidade na produção. Há heterogeneidade na estrutura produtiva brasileira. Quando se trata de inserção internacional, a literatura diz que países em desenvolvimento deveriam se especializar na exportação de bens intensivos e recursos naturais. E os países desenvolvidos exportar bens produzidos em maior escala e tecnologia intensiva. Mas o Brasil é um País em desenvolvimento diferente da média e dos demais países em desenvolvimento. Se por um lado somos altamente competitivos na produção de commodities, também há a inserção em bens de maior intensidade tecnológica e mais dinâmicos no comércio internacional. Enquanto esse solo e clima permitem a exportação de soja, nosso minério de ferro é duplamente mais rico do que em outras jazidas no mundo. Se temos recursos naturais e mão-de-obra, temos tecnologia e vantagens de escala de produção para nos inserir no comércio internacional mais dinâmico.

O IPEA fez o seguinte: mapeamos a estrutura produtiva brasileira e selecionamos (este é o exemplo da indústria), três blocos de empresas. No primeiro conjunto estão as empresas que inovam e diferenciam produtos. São as empresas que competem por diferenciação de produto e não por preço. No segundo bloco estão as empresas especializadas em produtos padronizados, que competem por preço. Qual a diferença entre essas duas estratégias competitivas? Por exemplo: no supermercado existem produtos padronizados - arroz, feijão - mas podemos comprar produtos diferenciados, pelos quais pagamos um preço maior. É essa competição, por diferenciação de produto, que o empresariado brasileiro tem feito na primeira camada de empresas. A segunda camada também tem empresas eficientes, que competem por preço. Ou seja, vendem e apregoam: comprem porque o meu é mais barato, não porque é diferente. Em relação ao outro, vendo mais barato. A terceira camada é composta por empresas que têm problemas de produtividade, eficiência, etc. Mas no caso brasileiro a primeira camada de empresas - que competem por inovação e diferenciação de produtos - conseguem 30% a mais de preço no mercado internacional, comparado com os demais exportadores brasileiros, e também uma participação de 1/4 na indústria brasileira. Ou seja, 1/4 do valor adicionado da indústria brasileira é composto por empresas cuja estratégia é inovar e diferenciar produtos. Isso é diferente do que ocorre na Argentina, México, Chile, e em outros países em desenvolvimento como o nosso.

O IPEA realizou um trabalho semelhante a este na Argentina, e lá essas empresas alcançam em torno de 9% do valor adicionado. Enquanto no Brasil existem 1.200 empresas nesta primeira camada, na Argentina são cerca de 300, 400 empresas. E a economia argentina é a segunda mais industrializada na América Latina. No México, constatamos que a situação não é melhor do que a da Argentina. Comparamos com os países desenvolvidos: Espanha, Alemanha e França. Os indicadores revelam que ainda temos muito para andar, embora

tenhamos uma base industrial importante. É desejo legítimo de qualquer sociedade se inserir em mercados internacionais de maior valor agregado. Mas em economia, além do desejo, é preciso saber se isso é possível. Para o Brasil é possível, sim. Existem condições objetivas na estrutura produtiva brasileira para um salto de qualidade na produção. Apesar da estrutura industrial brasileira ser razoável, do ponto de vista da produção, em torno de 40%, 50% é produção de commodities. No entanto, a produção de bens de média e alta intensidade tecnológica tem crescido a taxas significativas. No mundo, as exportações de commodities devem ficar em torno de 12%, 14%. Nós exportaremos 40% em commodities. Ou seja, estamos de fato na contramão comparando a estrutura de exportação brasileira com a do mundo.

Portanto, as chances de as empresas brasileiras exportarem está associada à inovação tecnológica. Isso mostra como o caso brasileiro é diferente. Por que? Por exemplo, no caso da Argentina, a inovação tecnológica não é fator determinante da exportação. No brasileiro é. Por outro item sabe-se que as firmas que inovam e diferenciam os seus produtos exportam 100% a mais do que as que não o fazem. Ou seja, a escala de exportação é maior. E essas firmas conseguem um adicional de 30% em relação aos outros exportadores. Além disso, o aumento nos gastos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), em relação ao faturamento da empresa, aumenta o coeficiente de exportações das empresas. O que significa isso? No caso brasileiro a inovação intensiva em pesquisa e desenvolvimento, aquela que gera maior conhecimento, é correlacionada e determinante nas exportações. Isto é, no aumento das exportações e no aumento das exportações em relação ao faturamento da empresa.

Quanto ao emprego, mapeamos todos os trabalhadores com carteira assinada no País, na indústria, comércio e serviços. Encontramos evidências de que, atualmente, a maior parte da geração de empregos foi em empresas inovadoras e que exportaram. Elas efetivamente pagam os melhores salários. Cruzamos o crescimento das empresas versus as exportações versus o crescimento da produção. As empresas que cresceram acima da média aumentaram suas exportações em 21%. As que cresceram abaixo da média, cresceram menos nas suas exportações. E a inovação estimula o crescimento? Cruzamos as taxas de crescimento setoriais das indústrias brasileiras com o esforço inovador que essas empresas realizaram. Resultado: mais esforço, melhor desempenho. Ou seja, aquelas que cresceram mais, e cresceram acima da média, realizaram um esforço inovador maior.

Também analisamos e acompanhamos 15.694 empresas de 1996 até agora, classificando-as por seu crescimento: inferior, médio-inferior, médio-superior e superior, e todas as empresas de crescimento superior fizeram esforço inovador maior. Alguém pode dizer que se as empresas crescem mais investem mais em inovação tecnológica. Então, qual é a relação de causalidade existente? Porque essa relação de causalidade é diferente do ponto de vista da ação de política de governo. O fato é que P&D causa aumento no investimento e acelera o crescimento das empresas no Brasil. Então, quando acompanhamos essas 16.000 firmas, foi como se encontrássemos irmãos gêmeos nascidos da mesma mãe, em 1996 e 1997. Agrupamos empresas semelhantes, no mesmo setor, mesma unidade da federação, empresas com estrutura de emprego, faturamento, exportação e propriedade do capital semelhantes. Agrupamos em conjuntos em 1996 e 1997. É como se fossem separados filhos gêmeos univitelinos que apanharam da mesma mãe, estudaram no mesmo colégio, levaram o mesmo

castigo do pai e, depois, acompanhados lá na frente. O diferencial? Um resolveu estudar, o outro não. Nós fizemos a mesma coisa, analisamos quais as empresas semelhantes em 96 e 1997 que resolveram ou não fazer P&D em 2000. Em cada agrupamento de firmas similares avaliamos o desempenho delas no período recente. Descobrimos que as empresas que inovaram em processo, em produto, entre 2000 e 2003, investiram 24%, e 31% a mais em ativos fixos do que aquelas que não inovaram. Descobrimos também que empresas que investiram em P&D, nesse período de 2000 a 2003, apresentaram taxas de investimento superiores às que não investiram em P&D. Essas taxas de investimentos variam de 14% a 30% de acordo com o aluno, se ele é mais aplicado ou não. As empresas que investem continuamente em P&D chegam a taxas de investimento 30% superiores àquelas que não investiram em P&D. Isso é uma evidência de causalidade significativa no caso brasileiro. Na verdade, se em todas as empresas nós investirmos em P&D, existe aumento do investimento e de crescimento da firma, provocado pelo próprio processo de acumulação nessas empresas. As empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento criam coisas novas e necessitam alterar os seus processos de produção, fabricação e comercialização, que impulsionam o investimento da empresa e o crescimento futuro. Isso afeta o salário e a demanda, no caso do Brasil.

As empresas que inovam e diferenciam produtos pagam salários médios muito superiores às demais, R\$ 1.250,00 por mês, em valores de 2000. Em relação às demais, uma paga R\$ 749,00, outra R\$ 431,00 em média. Não é apenas o fato de ser mais escolarizado. Para aquele que trabalha na empresa que inova e diferencia produtos e ganha 23% a mais, existe um prêmio salarial dado pela estratégia competitiva das empresas. Realizamos um trabalho juntando as informações a respeito de quais empresas investem no exterior. No início deste governo, debatia-se a necessidade ou não de incentivar a internacionalização das empresas, gerando emprego lá fora, etc. Todas as empresas com estratégia de internacionalizar sua produção, investindo no exterior, isso se reflete no salário dentro das empresas e na capacidade de obterem preço-prêmio nas suas exportações. Assim, empresas que têm investimento direto na Europa e Estados Unidos alcançam 17% a 14% a mais de preço-prêmio nas exportações.

A internacionalização é pois, sim, um dos caminhos para se fortalecer a produção. Também apuramos que em torno de 80% das empresas nacionais investem mais em P&D do que as multinacionais. Na Argentina, esse diferencial é de 40%. As grandes empresas nacionais investem muito pouco, e as multinacionais menos ainda. Empresas européias, como as francesas, investem em P&D nos Estados Unidos. As empresas multinacionais procuram ambiente onde é possível investir. O caso brasileiro é singular, porque há uma relativa capacidade nas universidades, mas o ambiente precisa ser melhorado para atrair mais investimento em P&D das empresas estrangeiras.

Apesar desse retrato positivo do setor produtivo brasileiro, ainda inovamos pouco: o investimento em pesquisa e desenvolvimento é pequeno e apenas 31% das empresas brasileiras são inovadoras. Na Europa chega a 50%, 60%. O investimento em pesquisa e desenvolvimento sobre o faturamento das empresas brasileiras é de 0,6%, na França é de 2,5%, na Alemanha é 2,7%. Os três principais problemas são: elevado custo da inovação, grande risco econômico e escassez de fontes de financiamento. Na verdade, estes três fatores estão intimamente relacionados entre si. Porque se o risco é grande, terá a escassez,

será elevado o custo de inovação, você precisará ter linhas de crédito adequadas. Nós encontramos, no caso brasileiro, que menos de 19% das empresas que fazem inovação – ou seja, 19% daqueles 31%, uma margem muito pequena de empresas – utilizou apoio governamental para fazer algum tipo de inovação. Encontramos que 90% dos gastos em pesquisas e desenvolvimento das firmas brasileiras são financiados com recursos próprios, recursos do seu bolso. Esses indicadores, no caso Europeu, são substancialmente diferentes: você tem em torno de 50% de fundos públicos que alavancam a pesquisa e desenvolvimento das empresas em países desenvolvidos.

Enfim, nós fizemos uma avaliação grande dos programas do FINEP que é, no Brasil, uma das agências importantes que tem financiado e financiou, ao longo do tempo, pesquisa e desenvolvimento nas empresas para a inovação. Nós encontramos que existe uma discussão sobre o seguinte: se atuar, financiando pesquisa e desenvolvimento o governo estaria ou não, fazendo a melhor política? Por quê? Porque o governo pode chegar a dar um recurso subsidiado para pesquisa e desenvolvimento e a pessoa retirar o seu recurso, ficar com o recurso do governo. No caso brasileiro, não é dessa forma. Toda vez que o governo coloca R\$ 1,00 para financiar pesquisa e desenvolvimento, outros reais são alavancados pelas empresas em pesquisa e desenvolvimento. Ou seja, aumenta o gasto em pesquisa e desenvolvimento quando você alavanca um pouco as empresas. No ano passado, entre março ou abril, o IPEA propôs ao governo federal criar um grande programa de financiamento à pesquisa e desenvolvimento para as empresas nacionais. O objetivo era ampliar de forma significativa os mecanismos do FINEP, BNDES, etc. – priorizando aquelas 5000 empresas que já têm pesquisa e desenvolvimento – e ampliar de 0,6% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento, em proporção ao faturamento das firmas, para 1,5%. Isso significa passar dos atuais R\$ 5,6 bilhões de P&D anuais para cerca de R\$ 13 bilhões, em oito anos. Esse programa estaria vinculado a determinadas características, de forma a que os recursos seriam subsidiados até a juro zero para a pesquisa e desenvolvimento, caso as empresas ampliem o número de doutores, em articulação com as universidades. Pesquisa e desenvolvimento geram investimentos, causam crescimento, no caso brasileiro. Ou seja, é uma ação de política pública que resulta de uma análise de causalidade e não apenas de uma análise de correlação entre os fatores econômicos que porventura coexistam juntos.

### LUCIANO COUTINHO: “Mercado global é o tribunal da competitividade”

Sempre defendi a importância da inovação e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento de qualquer país. As atividades de inovação são fundamentais para desenvolver a competitividade, criar empregos de alta qualidade, de valor agregado e oportunidades de investimento numa economia em desenvolvimento. Quero comparar a estrutura brasileira com o que aconteceu no mundo. E aí há uma pequena divergência. O texto do trabalho apresentado diz: “O Brasil não regrediu”. Em termos absolutos, o Brasil não regrediu. Mas em termos relativos o Brasil regrediu, e muito, nos últimos 15 anos.

Em que sentido regrediu? Vejamos alguns exemplos: o complexo de tecnologia de informação não avançou quase nada, se é que não regrediu, dentro da estrutura industrial brasileira. Na química de especialidade farmacêutica, quase nada. O complexo de bens de

capital e de equipamentos que o Brasil, no início dos anos 80 estava quase na fronteira, esvaziou. Claro, vários segmentos sobreviveram. Como se percebe que essas coisas não avançaram? Olhando o piso desses setores com relação ao resto do mundo. Pois bem, o market share global da indústria brasileira, olhando em termos de valor agregado e não em termos de valor da produção (que é o que obviamente importa), era, no início dos anos 90, 2,5% do valor agregado mundial, e caiu para 2,0%. Então, a indústria brasileira perdeu peso na indústria mundial. A participação da indústria no PIB vem minguando: está em 18%, quando era 21%, 22%, no início dos anos 90.

Qual é a participação do Brasil em exportações de alta tecnologia? Olhamos com orgulho a Embraer, exportamos celulares, etc. Qual é o peso disso nas exportações mundiais? Nem um por cento. Está parado em 0,5% há 15 anos, enquanto a China saiu de 0,6%, 0,7%, e hoje representa 6% das exportações mundiais de bens de alta tecnologia. Se olharmos o quadro mundial, veremos que o potencial que a economia brasileira tinha e não realizou é de fazer chorar. Por que isso? Vou deixar essa explicação para o meu professor Antônio Delfim Netto. Ele usa a imagem correta daquela estrutura empresarial preparada para largar e ganhar a corrida, mas que teve de entrar na corrida com várias bolas de ferro. Com um juro extraordinariamente alto, a taxa de câmbio absurdamente apreciada e com uma carga tributária que só fez crescer e sufocar, enquanto o resto do mundo se desenvolveu. Não é, portanto, de estranhar que a pauta de exportação brasileira não tenha avançado substancialmente em termos de conteúdo tecnológico. Também não é de estranhar a rarefação das atividades de inovação - ou o avanço muito tênue. Das menos de dez grandes empresas brasileiras que se internacionalizaram, apenas seis têm investment grade hoje. É muito pouco para o potencial do Brasil. O Brasil avançou pouco.

Mas apesar de todo esse retrocesso relativo, o que sobreviveu da estrutura brasileira ocorreu em seguida a um imenso esforço de racionalização, busca de eficiência e de qualidade e tem uma grande capacidade de resposta. A depreciação cambial em 99, o primeiro momento da flutuação cambial e, depois em 2001 e 2002, provocou uma mudança no desempenho exportador nas áreas de média e média-alta tecnologia. O Brasil tem um enorme superávit em agronegócios e em setores de commodities de larga escala, minerais e outras indústrias importantes. Tem um déficit enorme em alta tecnologia, que se formou ao longo do período de apreciação cambial no Plano Real. Mas dois ou três anos de estímulo cambial rapidamente inverteram a balança em média tecnologia. O Brasil passou a ser superavitário em média tecnologia, ou seja, a estrutura brasileira que sobreviveu tem capacidade de resposta. Há uma proposta para melhorar o financiamento em pesquisas e desenvolvimento nas empresas. Concordo em que é preciso reduzir juro, melhorando as condições de financiamento das atividades tecnológicas. A partir dos anos 90, a maioria dos países que deram certo, que ganharam em políticas industriais e ganharam share no comércio global, praticaram um paradigma novo de política, fortemente voltado para incentivos horizontais, verticais e setoriais à inovação.

É um anátema para os economistas liberais falar em incentivos verticais ou setoriais. Porque as falhas de mercado não são homogeneamente distribuídas entre as indústrias e são altamente específicas por setor. Os processos de avanço e complexidade tecnológica,

as economias e formas de aprendizado são muito específicas em cada setor. Assim como a intensidade de capital e a taxa de risco das atividades tecnológicas também são específicas. Os gastos de P&D variam de 15% a 20% do faturamento nas indústrias do complexo de tecnologia da informação, informática, telecomunicações, eletrônica de consumo, microeletrônica. Em química de especialidades e farmacêuticas, variam de 10% a 20% do faturamento. No aeroespacial e defesa são taxas muito altas. Vários países desenvolveram clusters de indústrias nessas áreas, em que o Brasil não desenvolveu quase nada. É ótimo subir os gastos de P&D de 0,6% para 1,5% mas só se no interior da estrutura industrial se desenvolverem setores, cadeias, clusters, intensivos em inovação; em que o piso no faturamento é necessário porque a velocidade da inovação é muito alta. Mas lembrando sempre a importância de incentivar a inovação horizontalmente, para o que existem políticas praticadas hoje universalmente, embora o Brasil não as pratique.

A lei de inovação está no Congresso há 15 anos para ser regulamentada. Mas foi amesquinhada e derogada na prática. Para mérito do governo atual, se buscou uma nova lei mais moderna. O Brasil deveria reavaliar sua política de renúncia fiscal, porque estamos agregando renúncia fiscal em cima de renúncia fiscal, sem olhar a velha estrutura de renúncias fiscais. Sou favorável como prioridade na renúncia fiscal horizontal à inovação tecnológica. Mas além das políticas fiscais e no plano do financiamento, que são políticas horizontais, existe ainda o seguinte: os países dão, sim, tratamento tributário diferenciado, privilegiado, para cadeias inteiras. A China e a Irlanda fizeram assim para atrair empresas para zonas de processamento especial. A Irlanda criou um instrumento novo de política, a fábrica franca. Por este conceito de fábrica franca, determinados empreendimentos em alta tecnologia, por exemplo microeletrônica, informática, receberam incentivos e geravam crédito tributário para quem comprava, como se a empresa tivesse recolhido os incentivos. Quer dizer, produzir os efeitos de crédito tributário para o usuário. A Irlanda tirou proveito de operar isso dentro das regras e com acesso privilegiado ao mercado europeu. É preciso reforçar as estruturas tecnológicas também para uma política de recursos humanos qualificados. Ou seja, o painel moderno de apoio à inovação é mais amplo do que o apresentado aqui, e é manejado com a flexibilidade bastante grande. Em certos setores há até uma certa guerra fiscal global, pela atração de indústrias e atividades de alta tecnologia. É claro que se poderá argüir os riscos desse tipo de política, de praticar políticas de dissipação de recursos fiscais numa situação fiscal apertada como é a brasileira. Tenho consciência disso. Um antídoto importante para evitar erros dessas políticas é que sejam feitas com baixa proteção tarifária e integradas ao mercado global, que é um tribunal da competitividade. É o que minimiza a margem de erro na concessão de tratamentos tributários setoriais a determinadas cadeias.

Em resumo, minha observação adicional é sobre a relevância da inovação para o desenvolvimento. Queria sublinhar ainda alguns pontos. O primeiro é a relevância das empresas nacionais. Embora nos últimos anos as empresas transnacionais tenham começado a descentralizar suas atividades tecnológicas, o grosso das atividades tecnológicas das transnacionais está nas matrizes. Para desenvolver atividades tecnológicas de P&D em grande escala no País, teremos de contar com as empresas nacionais. Isso não é um nacionalismo à la antiga, mas sim uma constatação. É preciso ter um carinho especial pelas atividades tecnológicas das empresas nacionais, sem hostilizar a empresa estrangeira, mas estimulando as empresas estrangeiras a

melhorar a intensidade de suas atividades tecnológicas no País. Outro ponto é a promoção de atividades tecnológicas em arranjos produtivos locais, em clusters locais. A inovação cooperada entre pequenas empresas, é algo complexo de fazer, porque muitas vezes é preciso combinar a iniciativa local, estadual e federal, com seus instrumentos diferentes, para poder funcionar. Mas o Brasil já teve e tem exemplos interessantes de clusters locais, competitivos em atividades tecnológicas. Um último ponto importante: em determinadas cadeias a criação de sistemas setoriais deve estar ancorada em grandes empresas. Em petróleo e gás, por exemplo. Petrobrás e Petroquímica Brasileira poderiam trabalhar de maneira organizada. Aeronáutica aeroespacial e defesa é outro complexo que precisa de tratamento organizado. Podemos desenvolver o etanol com uma grande vocação competitiva, mas que requererá também um programa mobilizador, estruturado para pensar em um paradigma tecnológico de escala, de logística, para funcionar como grande indústria global. Finalmente, em tecnologia da informação, provavelmente devemos ter de começar de novo, depois de ter jogado a criança junto com a água do banho. A política nacional de informática foi desmantelada de maneira um pouco destrutiva, o que nos dá a oportunidade de começar de novo, mas com um desafio de grande envergadura. Pois dentro de quatro a cinco anos, a TV digital estará suficientemente barata para se tornar um fenômeno de massa. O Brasil, como uma das sociedades de maior penetração televisiva no mundo, e um grande mercado, criará espaço para desenvolver segmentos de produção de semicondutores, de partes do processo e de softwares. Isso, no entanto, se começarmos a trabalhar desde já, para aproveitar essa oportunidade.

MARCONINI – O Luciano colocou o resto do mundo como um parâmetro, e de fato é o parâmetro mais importante. Para ele temos algumas razões para o otimismo, já que muitos conseguiram sobreviver. Mencionou a questão da lei de inovação e da renúncia fiscal. Acho que esse debate sobre políticas horizontais e setoriais será importante, como no mundo inteiro. Agora Octávio de Barros nos dará a visão do setor financeiro.

### OCTÁVIO DE BARROS: “Faltam as reformas para ampliar a oferta”

Acompanho bastante e bem de perto todo esse debate sobre eficiência, o imperativo do aumento de produtividade na economia brasileira. Certamente, a questão de investimento em P&D é crucial na melhora da nossa capacidade competitiva de médio e longo prazo. Mas desafio um pouco quando se trata da questão dos incentivos não horizontais, principalmente numa época em que o maior drama é de caráter fiscal. E o maior desafio, o de tentar superar o problema fiscal brasileiro. No fundo, todas as reformas de que o Brasil precisa dependem, direta ou indiretamente, de um esforço muito grande na área fiscal. Também tenho uma visão mais otimista em relação à nossa indústria. Nos últimos anos as exportações praticamente duplicaram como percentual da produção industrial. Passaram de 13%, 12,5% para 27,5%, segundo um estudo do BNDES, com dados coletados até o final de 2005. A indústria de transformação - não a indústria total, excluindo a extrativa-, tem nas atividades exportadoras algo relevante. É difícil imaginar que, com a apreciação cambial, a nossa capacidade de competição no mercado internacional vá se reduzir de forma muito significativa. Até porque nós observamos que as melhoras de preço, o preço-prêmio das nossas exportações, foram muito mais importantes no segmento de manufaturados do que no segmento de commodities, como se a grande expansão das exportações tivesse a ver só com o preço de commodities.

Dados e evidências comprovam um aumento importante no preço dos nossos produtos manufaturados nos últimos anos e isso tem a ver com a nossa capacidade de oferecer produtos diferenciados e produtos em condições bastante competitivas, apesar das dificuldades. Do ponto de vista da nossa competitividade, o maior desafio estará no conjunto de reformas que melhorem o ambiente de negócios no Brasil. Acredito que todas as reformas implementadas nos últimos anos tiveram um caráter essencialmente distributivista. Foram focadas na demanda, e a demanda vai muito bem. Estamos vendo o nosso welfare state tupiniquim funcionando, mal ou bem. Sou muito favorável a isso e acho que está muito certo. As políticas sociais têm que melhorar, evitar fraudes, essas coisas. Mas Bolsa-Família, crédito consignado, aumento do salário mínimo, todas as iniciativas recentes no Brasil focaram o lado da demanda. O grande desafio competitivo do Brasil ainda não foi iniciado: são as reformas que mirem, de forma exclusiva, o lado da oferta, o lado de quem produz. Porque só isso permitirá ao Brasil encontrar, em algum momento, taxas de juros mais baixas. Precisamos crescer para reduzir taxas de juros, reduzir o custo do capital, ou seja, ao contrário do que o senso comum sugere: “reduzir a taxa de juros para crescer”. Não. Nós precisamos de reformas que se introduzam no modelo e permitam a economia crescer com base na melhora do ambiente de negócios. No entanto, do lado da oferta, as reformas infelizmente transitam sob um ponto de vista fiscal. Nessa linha, a expectativa é de que as iniciativas fiscalistas pavimentem o caminho para reformas do lado da oferta. Certamente reduzir a carga tributária é uma reforma que depende do ajuste fiscal. Desonerar a folha de pagamento melhorando as condições de custos trabalhistas. Melhorar a precária infra-estrutura, a previsibilidade, o ambiente regulatório. Abrir a economia, o que também depende, em alguma medida, da parte fiscal. Essas reformas do lado da oferta vão permitir ao Brasil crescer mais e, portanto, criar ambiente para reduzir a taxa de juros. Ou seja, só crescendo a partir de reformas do lado da oferta, e que dependem de um esforço fiscal ousado e inequívoco do próximo governo, vai permitir reduzir taxas de juros.

Para o sistema financeiro, as evidências são de que a demanda, assim como a oferta, reage bastante bem aos incentivos originários da redução da taxa de juros. Mas a oferta reage mais lentamente do que a demanda. Analisando 35 anos de política monetária no Brasil, a demanda reage sempre mais velozmente aos incentivos advindos da queda de taxas de juros. E isso significa um desequilíbrio permanente. Todas as reformas que o Brasil precisa para alterar isso estão do lado da oferta e necessitam de uma grande determinação do ponto de vista do ajuste fiscal, para liberar recursos, reduzir carga tributária, melhorar a infra-estrutura, liberar recursos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em inovação tecnológica. A própria capacidade do Estado em investimentos depende, essencialmente, de um grande ajuste fiscal. Eu diria que até mesmo os programas de welfare state tupiniquim e sua sobrevivência a médio e longo prazo dependem de um grande esforço na área fiscal.

Sabemos que a taxa de câmbio apreciada veio para ficar durante um bom tempo. Quanto mais o Brasil é percebido como um País de melhor solvência, que está na boa direção do ponto de vista dos fundamentos macro-econômicos, mais o real se valoriza, porque aumentam os fluxos voluntários, privados, investimentos diretos, de bolsa, fontes de financiamento. Não dá para lutar contra. Ao mesmo tempo, falta às empresas espaço para recompor suas margens porque o Banco Central atua corretamente, cumprindo o papel de tutela das expectativas dos agentes econômicos. Desta forma, sem espaço para recompor as margens das empresas e desvalorizar

o câmbio, as dificuldades do lado da oferta tornam-se insuportáveis. Ou seja, quando havia espaço para recompor margens, para uma certa tolerância com relação à inflação e quando a taxa de câmbio estava mais desvalorizada, as pessoas eram mais tolerantes com as ineficiências da economia. Hoje, isso inexistente, o que explica - com muita razão - a irritação dos empresários em relação ao precário ambiente de negócios: carga tributária, custos trabalhistas, falta de previsibilidade, péssima infra-estrutura e tudo o mais que dificulta uma reação mais rápida da oferta.

Ausente essa tolerância, não consigo vislumbrar nenhum tipo de alternativa, a não ser ter uma atitude reformista para que possamos recuperar a capacidade de o Estado investir e, ao mesmo tempo, abrir algum espaço para reduzir a carga tributária. Para mim, nosso grande desafio é entender que não há como escapar desse espaço limitado para o Brasil ser competitivo, a não ser focar no que deve ser focado: melhorar o ambiente de negócios e criar uma capacidade de reagir mais rapidamente aos incentivos da redução de taxas de juros. Portanto, o que proponho é inverter a lógica: para reduzir a taxa de juros nós precisamos crescer. E não crescer para reduzir a taxa de juros. Minha proposta é que, para crescer, precisamos de uma atitude reformista do lado da oferta, quase que de forma exógena. Da mesma forma que o papel do investimento em pesquisa e desenvolvimento. Proporcionar um bom ambiente à decisão de investimento, melhorar o processo decisório de investimento. Isso vai mover o crescimento econômico e vai permitir a expansão da oferta e, portanto, a queda da taxa de juros. Ou seja, precisamos “surfear” nessa onda de queda de taxas de juros criando um ambiente mais propício para o crescimento econômico no Brasil.

Provoco todos a pensar um pouco nessa questão dos desafios colocados para o Brasil se manter competitivo no cenário global. Não há nenhuma outra alternativa. Não acredito em políticas verticais. Acredito em políticas horizontais, de aumento da eficiência e de aumento da produtividade sistêmica. Fazendo algum exercício de causalidade aprendemos também que, hoje, o aumento da produtividade também determina o investimento. Durante muitos anos nós, economistas, nos formamos na idéia central de que o investimento aumenta a produtividade. Nós temos alguns exercícios que revelam que é bidirecional: o aumento de produtividade gera investimento, quase que de forma exógena. Então, os investimentos em P&D e a criação de um ambiente propício aos negócios vai permitir o aumento de investimento na economia. De Negri chegou a essa conclusão usando outro tipo de exercício de causalidade, do ponto de vista da inovação em investimento. Mas, toda essa mensagem tem o sentido de lhes dizer que nós temos que explorar um pouco mais esse lado. Isto é, precisamos comprometer as autoridades com um grande esforço reformista para perder o medo do afrouxamento monetário. Hoje, há um temor muito grande do afrouxamento monetário. No Brasil este temor já tem mais de 30 anos, e se relaciona ao fato de que a oferta reage muito lentamente aos incentivos originários da demanda. Portanto, é preciso aumentar os incentivos para a oferta reagir mais rapidamente, o que só vamos conseguir com uma grande determinação do ponto de vista fiscal.

MARCONINI – Você trouxe ao debate elementos importantíssimos. Em primeiro lugar, não ser tão pessimista já é uma boa notícia. Em segundo, esse grande desafio do lado da oferta. Mas essa realidade de que o lado fiscal impede de fazer um monte de coisas é, de certa forma, inevitável, ou seja, não há grandes opções. Há consenso nacional sobre a necessidade de reformas, mas existe também uma enorme dificuldade em alcançar um consenso para fazê-las.

Não poderia ter havido ponto melhor na nossa discussão do que aparecer no debate nacional uma dicotomia entre o lado produtivo e o lado financeiro. Há uma certa distância entre os dois. Certamente nosso ministro Delfim Netto terá como nos ajudar, nesse debate, a aproximar esses dois universos que parecem até independentes. O De Negri vai comentar algumas colocações dos debatedores. Algo muito comentado diz respeito às políticas verticais e horizontais. Ou seja, quanto setorial devem ser as coisas? Como é a proposta do próprio IPEA nesse sentido?

DE NEGRI – Um dos três pontos de que eu queria tratar era esse. O primeiro é a respeito do diagnóstico e, no fundo, prof. Luciano, todos os diagnósticos que trazem alguma mudança na estratégia e que sejam divergentes são importantes. Mas se os diagnósticos forem pouco diferentes, não produzem conseqüências no futuro. Não acho que sejam grandes as diferenças. O que em alguns momentos aconteceu nos anos 90 na indústria brasileira está longe de ser devidamente compreendido. Prova disso é o desempenho exportador com esse câmbio. Tem algo de importante o caso da questão de renúncia fiscal e de financiamento para P&D. Segundo alguns trabalhos, no exterior a renúncia fiscal é insuficiente para alavancar o desenvolvimento tecnológico. Ela existe e pode ser melhorada, mas é insuficiente. De certa forma, existem de fato muitos mecanismos de renúncia fiscal no caso brasileiro que poderiam ser revistos, melhorados, ampliados ou reduzidos, e que devem ser analisados. Mas mesmo fazendo tudo, ainda seria insuficiente para o desenvolvimento. Além disso, se pegarmos uma cadeia de produção de valor em que as atividades criativas mais de um lado, as atividades fabris e produtivas no meio e as atividades de comercialização mais no outro lado da ponta da cadeia, esse meio da indústria - a fabricação, a produção, no caso brasileiro - tem mecanismos relativamente razoáveis do ponto de vista do que o Estado já dispõe para alavancar as empresas. Tudo pode ser melhorado. De todo modo, esse meio está relativamente coberto. Descobertas estão, no caso, as atividades criativas, de P&D.

Com relação à questão setorial ou não, tenho dúvidas se esse debate vai nos levar a algum lugar. Porque se a gente decidiu fazer alguma coisa, a idéia é apoiar uma estratégia competitiva. A implementação é setorial. No BNDES, e nos outros agentes, como o FINEP, é preciso discutir, dentro de cada setor, a dinâmica tecnológica. O importante é que, com instrumentos mais horizontais, a vantagem é que você não pode dizer o seguinte, por exemplo: uma indústria de alimentos vai criar um processo novo baseado em nano ou biotecnologia, ou então uma firma de cosméticos que, no caso brasileiro, utiliza nanotecnologia; não se dirá que não vai apoiá-la porque não faz parte do setor escolhido. É uma coisa difícil, porque nessas áreas existem empresas importantes para serem impulsionadas. Concordo com o cluster e os desenvolvimentos tecnológicos daí decorrentes. O documento de diretrizes da política industrial, anunciado pelo presidente da República em março de 2004, tem de ser implementado. Seu aprofundamento orienta o que a gente acha razoável. Esse é o caminho para a gente ampliar as políticas de desenvolvimento no caso brasileiro.

### ANTÔNIO DELFIM NETTO: “ O verbo crer é importante”

Primeiro, gostaria de agradecer pelo convite. Acho este programa da Federação do Comércio realmente extraordinário. Fiquei muito entusiasmado com o trabalho do De Negri. Acho primoroso, na verdade um foco empírico formidável, cuidadoso, abandonando aquele

apriorismo que domina os economistas, de que vantagem comparativa é dada de presente por Deus, e depois que cada um que se arrume. Ele mostrou claramente os inconvenientes do que temos feito nos últimos anos. Gostei demais da palestra do Luciano, que como sempre acrescentou algumas coisas importantes ao que disse o De Negri e mostrou também que temos, na verdade, de caminhar para trás em nosso processo. O Luciano tem um conhecimento muito profundo disso e apresentou uma das dificuldades mais importantes, coisas incompreensíveis. A criação das EPEs no Brasil aguardam aprovação há 15 anos, e agora por conta e obra do governo estão na Comissão de Justiça. O governo era quem impedia as EPEs, primeiro o PSDB e depois o PT. Agora, tiveram um ataque de lucidez, que sempre acontece perto das eleições, e a coisa parece que está andando.

Também quero dizer que fico sempre muito impressionado com o Octávio. Ele é um brilhante economista. Nós conversamos sempre e tenho aprendido muito com ele. Uma das coisas mais interessantes do Octávio é que talvez ele tenha sido o único sujeito que, na verdade, projetou a idéia de que o câmbio estava muito menos valorizado do que eu suspeitava, e que ele iria continuar valorizado, para a desgraça do Brasil. Com argumentos irrespondíveis, o Octávio tem se dedicado a uma pesquisa empírica muito interessante, a partir da base de dados do Bradesco. Que provavelmente é melhor que a do governo, a julgar pelos resultados do Bradesco .

Entretanto, ainda que eu tenha uma certa tendência em respeitar muito as objeções do Octávio, desta vez vou tentar ousar divergir um pouco da sua interpretação, na inversão de causa e efeito a que ele se propõe, e que tem alguma coisa muito interessante. Um dos verbos que ele usou me deixa entusiasmado. Ele disse: “Eu acredito”. É do verbo crer, quer dizer, é uma coisa importante. A posição dele, apesar de apolítica, não é tanto de uma convicção científica, mas é acompanhada por uma crença. Mas como conheço o Octávio, devemos prestar atenção nas suas crenças. Certamente ele tem alguma razão quando diz sobre essa inversão. Mas eu diria que a objeção dele, na minha opinião pelo menos, não contradiz o que diz o trabalho do Negri. Aquela relação de causalidade entre produtividade, antecipação da prestação cambial e P&D, ou melhor, o fato de a pesquisa e desenvolvimento estimularem as exportações, é exatamente o que diz o documento do Negri. Quer dizer, não há nenhuma contradição.

A única contradição é sobre o efeito de incentivo horizontal e vertical. Porém, acho que o Coutinho foi muito feliz, porque ele apresentou o teste. Qual o teste? O teste final é de que, quando se faz incentivos verticais, é preciso impor, desde o início, uma redução programada da tarifa, que provoca competição interna e implica na sua participação no comércio exterior. Esta é a prova dos nove de que estimula a produtividade. Há aqui um grande teste, que é o teste objetivo. Frequentemente se critica a quem propõe teste como este porque, na verdade, se está propondo financiar, propondo criar os vencedores. Porém, a proposta alternativa é financiar os perdedores. De forma que o programa de incentivo de P&D vertical é absolutamente necessário. Claro que o grosso dos incentivos será no sistema horizontal. Também não acredito nas colocações postas aqui, de que algumas coisas devam ser feitas antes, como o equilíbrio fiscal, redução da carga tributária, redução da dívida do Estado. Tudo isso foi tratado no seminário anterior, aliás, no belíssimo seminário Simplificando o Brasil. De

forma que todos esses argumentos estão dentro do programa da própria Fecomercio.

O trabalho do De Negri é de grande interesse, na minha opinião. Vai ter influência. Vai começar a mudar a idéia, no Brasil, que nos dominou nos últimos 15 ou 16 anos, de que o Estado tem que cair fora de tudo, que o mercado resolve esses problemas, de que basta equilíbrio fiscal e uma dívida menor do que a atual para ajudar o desenvolvimento. Isso tudo é verdade, mas o maior equívoco é pensar que isso pode ser feito sozinho, antecipadamente, sem que coloquemos o País para crescer de novo. Para isso é preciso combinar os dois efeitos, e ninguém vai reduzir a carga tributária do Brasil por um ato de desejo ou um ato político. A atual carga tributária foi construída de maneira trágica durante os últimos 12 anos. Nós estamos esquecidos de que a abertura do governo Collor realmente produziu alguns efeitos muito importantes. Tanto é verdade que, no governo Itamar Franco, em 93 e 94, o Brasil já crescia outra vez 5,5% ao ano, com equilíbrio em contas-correntes. Isso significava que a taxa de câmbio real estava em equilíbrio. O grande problema era a inflação.

Na tentativa de resolver o problema da inflação, que parecia impossível, nós construímos quatro problemas terríveis. O primeiro deles é que, na verdade, conseguimos um equilíbrio precário sem nunca ter feito nenhum esforço fiscal. Durante todos esses anos, desde o início do governo Fernando Henrique, nunca houve o menor esforço fiscal. Começamos com uma carga tributária de 26% do PIB, estamos terminando com 38% do PIB. Isto é, ao longo desses anos, aumentamos a carga tributária em 12%. Isso é absolutamente fantástico. Quando o Plano Real começou, entregavam-se ao governo 90, 94 dias de trabalho; hoje, se entregam 140 dias de trabalho. O que o governo fez com isso? Nada. Os empresários tiveram de se ajustar e quem não se ajustou morreu. Essa diferença de 40 dias ou pouco mais eram salários, lucros, a possibilidade de reinvestir. A carga tributária continuou crescendo, e continua crescendo, infelizmente. E o endividamento do governo? Quando começou o Plano Cruzado, o Plano Real, o endividamento líquido era de 30%. O Collor, depois daquelas maluquices dele, tinha praticamente terminado a dívida, tinha trazido a dívida para o que é o benchmark de um País como o Brasil. E nós jogamos fora a única coisa que prestava do que ele fez. Continuamos a reconstruir a dívida, terminando o governo Fernando Henrique com 57% do PIB.

De onde veio esse crédito? Ele tirou dos senhores. É isso que explica a taxa de juros. O resto é história. Ou seja, ele precisou elevar os juros para colocar os senhores fora do mercado. Esse é o sistema do que realmente aconteceu. Se ele não tivesse puxado os juros e se a taxa de retorno da indústria não tivesse ficado muito inferior à taxa de juros real, os senhores não teriam cedido recursos para ele financiar o seu buraco. Os senhores saíram do negócio por quê? Porque ele pôde elevar os juros durante todo esse tempo. Estamos esquecidos de que, nos primeiros quatro anos, a taxa de juros real foi de 20%. Agora, de 99 até hoje, com toda a conversa mole do Meirelles que vai e que volta, a taxa de juros real continua em torno de 10%, e de vez em quando há um movimento aleatório em torno dela, quando se erra a estimativa de inflação. Foi isso que aconteceu. Esses dois fatores encolheram o crescimento. É óbvio: tiramos recursos do setor mais produtivo, que é o setor privado, e levamos recursos para o setor menos produtivo, que é o Estado. Isso explica porque nós não crescemos mais. Explica também as duas armadilhas que restaram: a carga tributária bruta e

o endividamento terrível. Sobrou ainda um quarto problema, a vulnerabilidade externa. Esse, Deus decidiu nos dar de presente. A partir de 2003, o mundo começou a se expandir, nós tínhamos liberado o câmbio em 1999, entramos nesse sistema e conseguimos eliminar, isso foi presente de Deus. Deus que beneficiou tanto ao Fernando Henrique que foi duas vezes ao Fundo Monetário Internacional, para na primeira vez tomar US\$ 42 milhões, e depois, US\$ 30 bilhões. Esse é um País de gente séria que merece uma mãozinha. Deus nos deu de presente, pelo menos, US\$ 40 bilhões, que foram os aumentos de preços externos e aumento do volume de comércio. Isso resolveu o problema. Toda essa história de que tivemos uma grande expansão aqui ou ali, se prestar atenção de fato, só metade do aumento de recursos que recebemos foi obra do nosso esforço. A outra metade foi uma mãozinha de Deus para nos ajudar a sair desse buraco.

Portanto, o que me parece fundamental - e hoje começamos a discutir - é o problema do crescimento econômico. A idéia de que o crescimento se fará apenas com equilíbrio fiscal, com o Estado tirando a mão de tudo e só ficar olhando, a idéia de que isso produz um desenvolvimento eficaz, é falsa. O mercado pode ser um excelente instrumento de eficiência produtiva, um instrumento excelente ao manter a liberdade individual. Mas o mercado é, na verdade, um processo competitivo feroz. No mercado, um pisa na cabeça do outro. É por isso que o mercado funciona, mas é incapaz de produzir aquele mínimo de igualdade de que toda a sociedade precisa. Fiquei muito feliz quando o Octávio diz, logo no seu início, que este tipo de participação do Estado é bem-vinda. Eu diria: temos de convencer o Octávio que é também bem-vinda uma certa participação do Estado no estímulo ao desenvolvimento tecnológico, no estímulo ao P&D. Acho que ele vai acabar concordando conosco.

#### Perguntas

EDUARDO SILVA – Sou engenheiro. Por que a engenharia parou no Brasil, nesses últimos 10 ou talvez 15 anos?

ÁLVARO MORTARI – Onde há competitividade no Brasil?

SAMIR – Represento o grupo Aduaneiras. Gostaria de discordar frontalmente do Octávio, e elogiar o prof. Coutinho pelas colocações. Octávio, em que país, ou de que país você estaria falando? Nós dobramos a exportação em três anos, isso significa que a demanda vai muito mal. Por que? Porque o País cresceu 0,5%, 4,9% e 2,3%. Se você pegar esses números e colocar no Comércio Exterior no lugar do grande superávit que nós tivemos, você verá que nós teríamos tido recessão.

EDMUNDO PINHOASES – Represento a Abravest. Um novo debate se desenvolve no circuito da OMC, que é a questão dos remanufaturados. O que acontecerá quando as pressões forem muito grandes para o Brasil aceitar, de uma forma ou de outra, o volume de remanufaturados que o mundo vai tentar empurrar para cá?

ALBERTO ALZUETA – Represento a Câmara de Comércio Argentino-Brasileira. Dirijo-me ao prof. Coutinho: Na questão do desenvolvimento de tecnologia, quero destacar o registro de

patentes. Na Argentina, na década de 80, registrava-se uma média de 40 patentes por ano, e no Brasil, 80. Nestes últimos anos, a Argentina passou a 80 patentes/ano, e o Brasil 200 patentes/ano. Na Coréia, na década de 80, registravam-se 20 patentes/ano, hoje são 3.000 patentes/ano.

CARLOS ALCONSONE – Sou vice-presidente do Sindicato de Auto Peças do Estado de São Paulo. Deveríamos focar, inicialmente, os grandes problemas nacionais que inevitavelmente passam pelas reformas. Não podemos mais adiar a reforma tributária, a reforma trabalhista e a previdenciária. É preciso focar nas reformas como focamos, no passado, as eleições diretas. Sem reformas, qualquer projeção está prejudicada em nossa Pátria.

LUIZ GORENSTEIN – Uma das formas inteligentes de desvalorizar o real, talvez a única, é usar o saldo para importar bens de capital. É a única forma de aumentar a produção. Não proponho abertura para brinquedos, mas sem importar bens de capital não há como crescer de forma sustentada.

MARCONINI – Temos aqui alguns clusters sobre várias questões do que vem primeiro. Obviamente a questão das reformas. De como abordar alguns temas mais específicos, se o Brasil tem algum futuro apesar dessa realidade bastante pessimista, negativa. Peço ao Luciano que combine engenharia, mão-de-obra e capital, que são fatores de produção. E diga se deveríamos aumentar ou não nossa importação de bens de capital.

## Respostas

LUCIANO – Queria aproveitar essas questões e esclarecer pontos em dúvida. Não propus só incentivos fiscais. Eu quis dizer que os países combinam um conjunto de políticas de incentivos fiscais, mecanismos de financiamento com diversas modalidades, mais mercado ou menos mercado. Combinam suporte à formação de pessoal técnico, científico, incubadeiras, vários conjuntos de política. Então, não é só fiscal, pois o fiscal é limitado. Os problemas em cada cadeia são muito específicos, e se tem de fazer uma política sintonizada usando esse mix de instrumentos de maneira adequada a cada cadeia. Na maioria dos casos, não precisa fazer incentivos fiscais pesados à P&D, mas em vários casos, existem outros tipos de dificuldade. De todo modo, estou perfeitamente consciente da escassez de recursos fiscais. Por isso, os recursos fiscais são preciosos e devem ser usados com parcimônia e objetividade, dentro daquele teste internacional que sugeri. Herdamos uma estrutura de política setorial dos anos 60, 70 e que ainda está aí. É irrelevante se queremos ou não setorial. Ela existe, está aí. Parte dela já ficou inadequada, em razão da Suframa, lei de informática, PPB, adicional de frete da Marinha Mercante, estruturas setoriais instaladas. Ao nomeá-las, não estou dizendo que devam ser derogadas, mas que merecem uma revisão. É preciso ter um orçamento de renúncia fiscal para P&D, mas com um limite. Como esse limite é escasso, precisamos de uma forma inteligente, para usar isso com flexibilidade. Concordo inteiramente com o Octávio, de que há reformas absolutamente fundamentais. Concordo com a afirmação de que são fundamentais as reformas: conter o crescimento dos gastos correntes, enfrentar a questão trabalhista, previdenciária, melhorar a regulação, aumentar investimentos. Isso é pressuposto da discussão de hoje, cujo foco é política tecnológica e competitividade. Não existem contradições entre essas duas abordagens.

Respondendo às questões específicas. A questão da engenharia. Enquanto no Brasil o número de engenheiros em atividade no setor produtivo é em torno de 28, 29 mil - caiu e está parado - nos Estados Unidos são 800 mil, na China 130 mil e dentro de poucos anos querem mais de 300 mil engenheiros ativos no setor produtivo; na Coréia são 100 mil. Esse é mais um ângulo da regressão relativa do Brasil. Da mesma forma o número de patentes. O Brasil patenteava 100 patentes/ano, agora está perto de 200. Aliás, está perto de 200 em grande medida não em razão de algum esforço extraordinário do setor produtivo. O principal patenteador tem sido a Unicamp. A Unicamp disputa com a Petrobrás a liderança em patentes, porque busca no sistema de incubadeiras essa liderança. Mas é ridículo comparar as patentes brasileiras com o fluxo de patentes em outros países. Na Coréia, só o estoque de patentes da Samsung é maior do que todo o estoque brasileiro dos últimos anos. O fluxo de patentes da China se acelera extraordinariamente, assim como o fluxo de patentes de Taiwan e de várias outras economias que desenvolveram clusters de indústrias e de setores de alta tecnologia. Enquanto não conseguirmos ir por esse longo caminho, que é muito difícil, precisamos ter a noção bastante clara de que as vantagens comparativas são construídas nas sociedades. E é preciso políticas que construam essas vantagens, que construam setores usuários intensivos de engenharias, e setores patenteadores.

Importação de bens de capital. É essencial para o Brasil, porque o Brasil não vai e nem faz sentido ter uma estrutura de bens de capital que produza tudo. O Brasil deve desenvolver uma estrutura doméstica de bens de capital competitiva com a política seletiva, e importar de forma flexível bens de capital. É o corolário de qualquer aceleração da taxa de investimento no Brasil. Sempre que a taxa de investimentos acelerou, a importação de bens de capital subiu. Ela deve subir mesmo, e essa elevação da taxa de aumento na importação de bens de capital deve ser facilitada. Porém, eu não entendo que a importação de bens de capital possa ser feita no vácuo de um processo de crescimento, de subida da taxa de investimentos da economia. É preciso que ela reflita uma subida da taxa de investimentos da economia o que tem a ver, em parte, com as reformas horizontais, e em parte com uma política industrial mais focada e mais contemporânea. É disso que nós precisamos.

Não vou entrar no último ponto, sobre a taxa de câmbio. Acho que a taxa de câmbio brasileira é punitiva para o desenvolvimento da economia, e resultado de distorções macroeconômicas. É essencial o País saber o que o próximo governo vai fazer: se vai tolerar a taxa de câmbio persistentemente superapreciada, ou vai trazê-la para um canal razoável para a competitividade da economia brasileira. E na medida em que os fundamentos brasileiros melhorarem o Banco Central, que produziu essa taxa de câmbio superapreciada, terá condições de intervir mais e proteger a taxa de câmbio dessa tendência excessiva de valorização. Mas esse é um ponto que escapa ao escopo principal do debate.

DELFIM NETTO – Queria acrescentar duas coisinhas que comprovam muito o que você disse. A primeira é a melhoria da posição brasileira na publicação de trabalhos científicos. Somos o vigésimo no mundo. Ou seja, é preciso usar a universidade como fundamento para a política de P&D, porque a universidade já está à frente do processo, esperando que a indústria venha buscar no seu interior o desenvolvimento de pesquisa e do que lhe interessa. Há um outro problema interessante, que responde em parte à pergunta feita do Dr. Eduardo e

que combina com a do Samir. Na verdade, é a falta de demanda que produziu essa murcha na engenharia brasileira.

ANTONIO AUGUSTO PIZARRO – Sou conselheiro daqui e da Associação Comercial, além de engenheiro aposentado e fui diretor de empresas. Quanto custa, no Brasil, um calculista de concreto médio? Ouvi dizer cerca de R\$ 5, R\$ 6 mil reais por mês. Na China, um Ph.D. em concreto ganha US\$ 150, US\$ 200 por mês (digo isso porque visitei a China e conheço). O que acontece com os escritórios de engenharia daqui? Grandes, pequenos, médios, tenho companheiros em todos eles. Você se associa a um escritório na China, manda às 6 horas da tarde um disquete com seus problemas de cálculo na engenharia para a China. Como a diferença no fuso horário é de 12 horas, no dia seguinte chega pelo computador o problema resolvido. Isso a US\$ 150, US\$ 200 por mês.

MARCONINI – Obrigado pelo testemunho deprimente. Essa provocação do Samir sobre de que país se está falando, supus que era do Brasil.

OCTÁVIO – Para não perder o fio da meada, nessa questão do câmbio as forças gravitacionais ainda vão continuar atuando por um bom tempo no Brasil, enquanto o Brasil estiver sendo percebido por quem observa o País de fora. Sobretudo do ponto de vista da sua solvência, da estabilidade política e tudo mais, o País irá continuar com essa taxa de câmbio por um bom tempo. Assumo o risco de afirmar que a taxa real de juros caminha para um nível até inferior ao de hoje, que é 9,7%. Apostaria que a taxa de câmbio não terá grandes razões para se depreciar de forma substantiva. Faço essa aposta e só o tempo poderá dizer se tenho ou não razão. Porque o mundo vai olhar para o Brasil de forma mais generosa, e mais investimentos, mais fluxos voluntários privados chegarão. Essa é a sina de toda as histórias de sucesso. Países com histórias de sucesso são países que atraem fluxos voluntários privados de capital e países que têm as suas moedas apreciadas. Eu lamento, mas infelizmente em regime de câmbio flutuante não nos é dado o direito de ter preferências a respeito de taxas de câmbio.

Concordo com o Luiz Gorenstein, que se alinha com a minha reflexão anterior, que dentre as mais importantes reformas do lado da oferta, para mim está a abertura da economia. O Brasil é a economia mais fechada numa lista de 65 países que monitoro mensalmente: nosso coeficiente de importação sobre o PIB é de 9,1%. Não defendo a invasão chinesa ou coisa que o valha, nada disso. Apenas reconheço que, do ponto de vista macroeconômico, um problema é que o Brasil é um país muito fechado. Fez as opções equivocadas no aspecto negocial, optando por mercados irrelevantes do ponto de vista do nosso comércio. Mas a abertura da economia e o aumento de importação, principalmente de bens de capital, aumenta muito a produtividade sistêmica e nos dá uma colher de chá na inflação. E é do que a gente precisa.

Voltando ao “que país é esse”, acredito que todos os candidatos à Presidência da República talvez não tenham a menor idéia e subestimem significativamente a surpresa que teriam no day after das eleições, uma vez eleitos, se anunciassem para a sociedade e para o mundo um conjunto de ações do lado da oferta, do ponto de vista da melhora do ambiente de negócios e

determinação fiscal num programa de 10 anos de redução da relação despesa primária sobre o PIB. Vocês não podem imaginar o que aconteceria: o Brasil explodiria de investimentos e o crescimento seria muito significativo. Mas acho que nenhum dos candidatos tem a menor idéia do que seria uma atitude reformista exibida no day after das eleições. Isso aqui iria bombar literalmente do ponto de vista do crescimento. Porque o problema do Brasil está do lado da oferta, do lado de quem produz, do lado do ambiente de negócios. Quando falo que não temos problema do lado da demanda não me refiro a questões específicas deste ou daquele setor, pois certamente alguns setores estão sentindo uma demanda insuficiente. Mas o Brasil não tem esse problema na questão da demanda agregada. Além do que o welfare state tupiniquim cumpre o seu papel, melhorando a distribuição de renda no Brasil nos últimos anos. Gostemos ou não, a verdade é essa: o Brasil vem melhorando a distribuição de renda nos últimos anos e vai continuar melhorando.

O mercado de trabalho está muito bem. Há uma semana houve uma leitura totalmente equivocada da imprensa sobre os dados de desemprego. Curiosamente, os dados de desemprego aumentaram porque o mercado está num momento favorável, e por isso aumentou muito a população em busca de emprego. A população ocupada estava crescendo num ritmo inferior, mas diminuiu o desalento e o tempo de procura de emprego. Em suma, a taxa de desemprego deste ano é a menor dos últimos seis anos no Brasil, a média anual, independente do movimento de curto prazo. O crédito consignado vai continuar. Não vejo nenhuma razão para acabar e, ao contrário, será expandido para outros segmentos. Políticas também na área de salário mínimo, etc. Enfim, todas as iniciativas focam o lado da demanda, e não é mais necessário mexer nesse aspecto, que vai ter um crescimento normal. Até porque existe uma certa demanda estrutural reprimida no Brasil, que será naturalmente desenvolvida ao longo dos próximos anos. Então, no Brasil é fundamental “liberar o espírito animal”, como gosta de dizer o ministro Delfim. Para liberar o espírito animal é preciso reformas do lado da oferta. E estas reformas do lado da oferta infelizmente transitam por uma determinação do ponto de vista fiscal, porque todas, mal ou bem, passam pela questão fiscal, questão do gasto público. Ao contrário, para liberar recursos para P&D, ministro Delfim, sou radicalmente favorável a um maior investimento público em financiamento público em P&D. Para mim, é fundamental numa lista de prioridades. É aonde o Estado tem de entrar de forma mais clara. Temos de melhorar, reduzir gastos em várias esferas e fazer um belo ajuste fiscal e, sei que o senhor estará engajado no Congresso Nacional, torço para que seja eleito e assumo esse papel. Porque sei que vai ter essa atuação muito importante no ajuste fiscal, para realizar as reformas do lado da oferta e permitir que o Brasil cresça.

Acho um privilégio para um país como o Brasil ser um grande produtor e exportador de commodities. É um privilégio também para Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Chile, África do Sul, e para vários países, serem grandes exportadores de commodities. Hoje, segundo cálculos no Departamento Econômico do Bradesco, as commodities ou quase commodities representam 56% da nossa pauta de exportações. Isso é muito bom, e discordo completamente de que isso nos convida à acomodação, ao abandono de atividades manufatureiras de fronteira, em suma, que deterioram a nossa pauta. Essa visão mecanicista é um verdadeiro despautério. Se isso acontece, se a nossa pauta empobrece é por outras razões. Devemos reconhecer que existe uma mudança de preços relativos na economia mundial a favor de

commodities em detrimento de manufaturados. Isso vai continuar pelos próximos 10 anos e temos que aceitar. É a regra. A explicação disso é a China, e a periferia da China. Isso começou há três anos e vai continuar pelos próximos 10, 15 anos, até a China se transformar na maior potência do mundo. O Brasil tem de tirar proveito, porque cria as condições para reduzir as taxas de juros aqui dentro, e melhora as condições para o crescimento econômico. Então, não é negativo o fato de o Brasil ser um exportador de commodities. Nós só temos que tirar proveito dessa situação.

MARCONINI – Gostaria de falar mais a respeito dessa questão da tecnologia. Por exemplo, as transnacionais. É lógico que se a gente fizer as reformas, fizer tudo direitinho e estiver nas cartilhas internacionais, o investimento vem sozinho. Mas, se a coisa continuar melhorando e se não fizermos isso a tempo, o que fazer para melhorar um pouco esse interesse transnacional? Ajuda, não ajuda uma conversa um pouco mais iluminada com os grandes chefes de empresas transnacionais ?

DE NEGRI - Concorde com o Octávio no seguinte: em hipótese alguma, não tem nada demais a gente exportar commodities. Isso não concorre com as demais atividades. Na verdade, uma coisa não concorre com a outra. É uma vocação nossa, o Brasil pode e deve a exportar commodities, mas a questão é que podemos e devemos estar inseridos em outros segmentos, porque o Brasil tem possibilidades para isso. A respeito da China, acho que de fato o mundo mudou depois da entrada da China. Há muitas controvérsias a respeito da China e o que acontecerá nos próximos anos. No IPEA criamos um grupo China, que discute o tema e já realizou duas missões na China. Não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar que a China continuará competindo apenas em bens intensivos de mão-de-obra, recursos naturais, etc. É um erro pensar que a China, no curto espaço de tempo, não vai competir em bens intensivos, inovação, tecnologia, etc. Tanto é que eles anunciaram recentemente pesados investimentos nessa área. Temos de pensar nisso.

Com relação às exportações, algo mudou na economia brasileira: as exportações não são contra-cíclicas, elas são pró-cíclicas. Ou seja, no passado, sempre que havia uma restrição no mercado doméstico, aumentavam as exportações, porque se vendia lá fora o que não se conseguia vender aqui dentro. Na verdade, hoje essa dinâmica não existe mais, alterou-se, e é pró-cíclica. Ou seja, existe o crescimento, as exportações avançam também com o crescimento, e o crescimento é alavancado pelas exportações. O caso brasileiro é muito bom: se houver investimento existem ganhos, porque as empresas colocam mais dinheiro em P&D. Então, o Finep entra com uma parte, a empresa entra com outra. Do ponto de vista da inovação, existe um espírito animal no empresariado brasileiro. É uma evidência importante porque na verdade, há uma vontade de investir em inovação determinada por fatores objetivos como ganhos em lucro, market share, etc.

Também há algum aprendizado da firma nacional com a firma estrangeira em termos de P&D, que vai da cooperação para a competição. Mesmo assim, as empresas brasileiras têm força muito maior em pesquisa e desenvolvimento que as estrangeiras. Uma das alternativas para se alterar isso é a negociação direta. Existem possibilidades de negociação direta nesse sentido. O ambiente para atração dos investimentos das empresas em P&D é importante.

A empresa francesa investe nos Estados Unidos porque lá tem um laboratório de P&D na universidade, tem o cara que é Ph.D. Então, aqui o ambiente ainda está subutilizado para atrair esses investimentos que poderiam ser utilizados.

O empresariado brasileiro alterou sua visão sobre o desenvolvimento no Brasil. Diversos indicadores demonstram mudanças naquilo que o empresário pensa a respeito da atuação do Estado, seu papel, o papel de si mesmo, etc. Observamos um conjunto de evidências nas firmas, uma importante mudança de comportamento que possibilita realizar políticas públicas de forma diferente. Fizemos uma amostragem num banco de dados e estamos entrevistando os maiores empresários brasileiros em convênio com o Cebrap. A pesquisa se divide em três etapas: pega um pouco da visão do empresário sobre si mesmo, a visão do empresário sobre a empresa dele e a visão do empresário sobre o Estado. Estamos na metade dessa longa pesquisa e a idéia é a seguinte: há uma nova visão empresarial que emergiu na indústria brasileira nos anos 90, e esta visão deve ser impulsionada para o desenvolvimento industrial brasileiro. Uma visão muito mais agressiva em termos de inovação, de suas capacidades, de entender o que é necessário para competir no mercado internacional. Essa é uma hipótese de trabalho que esperamos comprovar e que apresentaremos ao longo dos próximos seis, sete meses.

MARCONINI – É interessante que as distâncias, se existem, não são tão grandes. O setor financeiro, produtivo, as visões sobre os meios talvez não sejam tão diferentes. Lógico que são bastante diversificados e diferentes o enquadramento geral, a questão macroeconômica, o seqüenciamento. Ao mesmo tempo, há um espaço bastante grande para evoluir. O Brasil pode, sim, mudar esse paradigma. Pode fazer algo mais agressivo nessa área. O jogo não está perdido e as commodities também não são necessariamente uma desgraça. Temos os mecanismos, as pessoas, vontade e até alguns consensos. Como sempre, o que falta é mobilização.